



RESULTADO DA REUNIÃO AMPLIADA

Categoria tem novo calendário de mobilização pelos PCSs

Os servidores do Judiciário e do MPU têm, daqui por diante, novo calendário de mobilizações chamada "Jornada Nacional de Lutas" que será realizada no período entre 31 de agosto a 6 de setembro. A nova mobilização foi definida na reunião ampliada da Fenajufe, realizada em Brasília no último sábado (12/08), que discutiu as estratégias a serem adotadas nos próximos dias para garantir a aprovação dos dois projetos de PCS – reunião esta que contou com 41 delegados, representantes de 17 sindicatos, incluindo o SindjusDF. O calendário aprovado tem, como objetivo, reforçar as mobilizações e garantir que os projetos sejam aprovados no próximo esforço concentrado do Congresso, previsto para a primeira semana de Setembro.

A Jornada Nacional de Lutas pretende marcar o aniversário de um ano em que o PL 5845/05 – referente ao PCS do Judiciário foi enviado ao Congresso Nacional (o projeto foi protocolado na Câmara no dia 31 de agosto

de 2005). Os delegados também aprovaram a realização, no dia 5 de setembro, de um dia nacional de mobilização, que será marcado por paralisações, atos públicos e assembleias nos locais de trabalho do Judiciário e do MPU em todo o Brasil. Além, disso, serão encaminhadas delegações de servidores para Brasília no período entre 4 e 6 de setembro, para ampliar as mobilizações a serem feitas pela categoria Congresso Nacional, com o intuito de pressionar os parlamentares a desfrancarem a pauta de votação do plenário.

Durante avaliação do movimento pela aprovação dos dois planos, os representantes dos servidores deixaram clara a necessidade de se retomar as atividades de mobilização com maior intensidade, uma vez que o processo eleitoral e o impasse no Legislativo em torno da votação das medidas provisórias que atravancam a pauta podem atrasar ainda mais a tramitação dos projetos. Diante desse quadro, a reunião ampliada considerou urgente a intensificação da luta.

A conclusão geral da categoria é de que a vitória final, que é a aprovação dos dois projetos de PCS e sua implementação, depende dos parlamentares resolverem o impasse político partidário para que todos os projetos pendentes sejam apreciados. E para isso, é preciso dar continuidade às pressões no Legislativo, bem como aos contatos com os parlamentares, envio de cartas aos 519 deputados e a realização de mobilização de servidores durante o esforço concentrado de setembro. A Fenajufe também vai solicitar que o STF cobre do Legislativo uma definição para o impasse e a aprovação final do PCS. Vamos mostrar outra vez a força da categoria. Participe você também. Falta pouco para a conquista definitiva dos dois PCSs.

Novo calendário de mobilizações pelo PCS:

JORNADA - Período entre 31/08 a 06/09: Jornada Nacional de Lutas pelos dois planos

MOBILIZAÇÃO NACIONAL - 05/09: Dia Nacional de Mobilização

DELEGAÇÕES - Período entre 04 a 06/08: Envio de delegações a Brasília para atuar no esforço concentrado

ATOS NO CONGRESSO - Período entre 04 a 06/08: Realização de atos e mobilizações no Congresso, durante o esforço concentrado dos parlamentares

CONTINUIDADE DA MOBILIZAÇÃO - Ao longo deste período: A categoria deverá dar continuidade aos contatos com os parlamentares nos estados e ao envio de e-mails para todos os deputados, por meio do link disponibilizado nas páginas do Sindjus e da Fenajufe.

PCS DO MPU

Os servidores do MPU também aguardam a aprovação final do PL 6469/05, que reestrutura o PCS da categoria. O PL fez parte do item 43 da pauta da sessão da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara (CCJ) do último dia 2 de agosto – onde foi incluído pelo presidente da CCJ, deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF). Sigmaringa Seixas tratou de colocar o PL na pauta da comissão para apresentação do relatório tão logo se encerrou o prazo regimental para a apresentação de emendas à matéria, conforme compromisso assumido por ele em atendimento a solicitação das entidades representativas dos servidores.

Mas apesar da rapidez da inclusão do projeto na pauta da CCJ, o relator, deputado Fleury Filho (PTB-SP), não conseguiu preparar o seu parecer para a apresentação no dia previsto, o que atrasou a apreciação da matéria. Em contatos estabelecidos com representantes do Sindjus, Fleury Filho prometeu deixar o relatório pronto até o início de setembro, para que a aprovação do projeto aconteça durante o primeiro dia do próximo esforço concentrado do Congresso.

S E M I N Á R I O

Agentes de segurança definem prioridades para o setor

“O encontro mostrou a união da categoria, seu poder de organização e também a seriedade com que estes profissionais tratam os temas que abrangem seu trabalho e a consequência de tais atividades na melhoria da atividade jurisdicional nos tribunais como um todo”

Cerca de 300 agentes de segurança de todo o país discutiram, em Brasília, temas imprescindíveis para o setor e para a valorização da carreira durante encontro realizado na última sexta-feira (11/08), por ocasião do II Seminário Nacional dos Agentes de Segurança do Judiciário. O evento, realizado por meio de parceria entre a Fenajufe e a Associação Nacional dos Agentes de Segurança do Poder Judiciário Federal, AGEPOLJUS, superou a expectativa dos organizadores, que esperavam receber menos da metade dos participantes (aproximadamente 120 agentes), com grande participação dos profissionais.

Considerado dos mais representativos da categoria – sobretudo porque teve representantes de todos os estados brasileiros – o seminário foi realizado na sede da Escola Nacional de Magistratura e se destacou por promover o debate sobre a necessidade de polícia própria no Judiciário e o projeto de PCS do Judiciário, em tramitação na Câmara dos Deputados (PL 5845/05).

Os agentes aproveitaram para rever todos os pontos de vista sobre estes dois temas e, ainda, a situação de violência urbana observada nos últimos meses no Brasil, sobretudo no estado de São Paulo – em função dos ataques das facções criminosas aos policiais e à população. Prepararam-se, daqui por diante, para definir diretrizes da categoria que passarão a ser discutidas por todos os tribunais quanto ao projeto para criação da polícia do Judiciário.

“O encontro mostrou a união da categoria, seu poder de organização e também a seriedade com que estes profissionais tratam

os temas que abrangem seu trabalho e a consequência de tais atividades na melhoria da atividade jurisdicional nos tribunais como um todo”, afirmou o coordenador geral da Fenajufe e do SindjusDF, Roberto Policarpo.

Segundo o presidente da AGEPOLJUS, Edmilton Gomes, a categoria também avaliou que outros pontos fundamentais para os agentes de segurança como os casos de desvio de função e terceirização de serviços poderão ser resolvidos em cerca de 80% de sua totalidade, a partir da implementação da GAS (Gratificação de Atividade de Segurança).

Evento foi prestigiado por magistrados e dirigentes de Tribunais

A abertura do seminário foi feita pelo vice-presidente do TRF da 1ª região, desembargador Carlos Olavo em mesa composta pelo ex-presidente do TRF, desembargador Aloísio Palmeira; o diretor da Escola de Magistratura, desembargador Carlos Fernando Mathias; o diretor-geral do STF, Miguel Fonseca e o presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, deputado Sigmaringa Seixas (PT-DF).

Também passaram pelo local para cumprimentar os agentes, o ex-presidente do STF, ministro Maurício Correa e o atual presidente da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), juiz Nilton Ferreira Pandelot.

Além dos palestrantes, chamou a atenção dos participantes a demonstração de armas não letais, feita pelo instrutor Terra – que atua no setor de operações especiais da Vara da Infância e da Adolescência do TJDF.

HOMENAGEM

Sigmaringa é homenageado por seu compromisso com os servidores

Durante o II Seminário Nacional dos Agentes de Segurança do Judiciário, a AGEPOLJUS realizou a segunda versão da homenagem feita pela entidade às personalidades que se destacaram no ano anterior pelos serviços prestados à categoria como um todo – os servidores do Judiciário e, em especial, os agentes de segurança. Os homenageados desta vez foram o deputado federal Sigmaringa Seixas (PT-DF), o atual diretor-geral do TJ, Miguel Fonseca, e o ex-presidente do STF, ministro Nelson Jobim (este último, não pôde comparecer ao evento).

De acordo com os organizadores da homenagem, que corresponde à entrega da placa de Mérito da Segurança Judiciária, os escolhidos desta segunda edição se destacaram por terem prestado relevantes atividades no sentido de colaborar com a categoria. No caso do deputado Sigmaringa Seixas, foi enfatizado o esforço do parlamentar para agilizar a tramitação do projeto de PCS desde a chegada do texto ao Congresso, no ano passado, até os dias de hoje.

Por parte de Miguel Fonseca, a homenagem foi realizada devido aos vários serviços prestados durante o período em que ele exerceu a diretoria geral do STF. O Nelson Jobim, até bem pouco tempo à frente da presidência do STF, também se destacou pelas suas iniciativas de valorização da categoria, conforme informaram os organizadores da entrega do mérito.